

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15251 - Resumo Expandido - Trabalho - 5ª Reunião Científica Regional da ANPEd Norte (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 15 - Educação Especial

A FORMAÇÃO DE TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LÍNGUA GESTUAL/DE SINAIS EM PORTUGAL E NO BRASIL: O CONTEXTO UNIVERSITÁRIO

Huber Kline Guedes Lobato - UFPA - Universidade Federal do Pará

José Anchieta de Oliveira Bentes - UEPA - Universidade do Estado do Pará

Agência e/ou Instituição Financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

A FORMAÇÃO DE TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LÍNGUA GESTUAL/DE SINAIS EM PORTUGAL E NO BRASIL: O CONTEXTO UNIVERSITÁRIO

Resumo: a pesquisa é proveniente do Doutorado Sanduíche realizado em Portugal em 2021. O objetivo foi identificar e analisar onde e como se formam os tradutores e intérpretes de Língua Gestual Portuguesa (LGP) que atuam no contexto universitário em Portugal. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com estudo bibliográfico/documental em que, inicialmente, analisou-se a lei nº 89 de 5 de julho de 1999 (lei portuguesa) e a lei nº 12.319 de 1º de setembro de 2010 (lei brasileira). Na pesquisa realizou-se, ainda, entrevistas com duas pessoas Tradutoras e Intérpretes de LGP – Ocre e Gris. Os resultados da pesquisa mostram as semelhanças e as diferenças sobre a trajetória profissional de tradutores e intérpretes de LGP e de Libras. Essa trajetória perpassa pelos planos histórico, legal e acadêmico. Isso suscitou reflexões acerca da tradução e da interpretação da LGP com base nas seguintes dimensões: cenários / ambientes, incômodos / tensões, interpessoalidades / alteridades e perspectivas / horizontes. Conclui-se que as principais palavras que demarcam os documentos oficiais analisados de Portugal e do Brasil são: função, formação, deveres e responsabilidades/atribuições. Assim, é imprescindível a efetivação de espaços dentro da profissão para a formação em serviço dos tradutores e intérpretes de LGP e de Libras.

Palavras-chave: Formação profissional; Libras; LGP;

1. INTRODUÇÃO

Esse texto é oriundo das atividades acadêmicas e científicas realizadas em forma de Estágio de Doutorado Sanduíche no Exterior (SWE) – Chamada Nº 08/2019 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal.

O SWE foi um período de mobilidade de três meses (setembro a novembro de 2021),

no ano acadêmico 2021/2022, sob o enquadramento de Acordo de Cooperação – Estágios. Foi um período de estudos e pesquisas sobre a educação de surdo portuguesa (RODRIGUES; COELHO, 2019) e a educação de surdos brasileira (DORZIAT, 2009).

2. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada em duas etapas: a primeira etapa foi de estudo bibliográfico/documental em que, inicialmente, analisou-se a lei nº 89 de 5 de julho de 1999 e a lei nº 12.319 de 1º de setembro de 2010. Já a segunda foi uma investigação pautada em entrevistas com duas pessoas Tradutoras e Intérpretes de LGP – Ocre (em 21/09/2021) e Gris (em 27/09/202).

Na pesquisa fizemos uso do Consentimento Informado ou Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para além disso, destacamos que o projeto de pesquisa foi apreciado e aprovado pela Comissão de Ética da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (FPCEUP) por meio do Parecer Final – Referência 2021/09-02c. Fizemos as entrevistas ou coleta e, após isso, realizamos o tratamento dos dados ou análise do *corpus*.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na pesquisa do SWE conseguimos analisar, inicialmente, dois textos legais voltados para a profissão de Tradutores e Intérpretes de LGP e de Libras: a lei nº 89/1999, lei portuguesa (FERNANDES; CARVALHO, 2005) e a lei nº 12.319/2010, lei brasileira (NASCIMENTO, 2012).

Essa análise deu-se a partir de 3 (três) planos: **a)** Histórico: percebeu-se que a trajetória da Tradução e Interpretação da LGP e da Libras tem a década de 1980 como marco inicial em um prisma formal de investigação; **b)** Legal: essa trajetória, tanto em Portugal quanto no Brasil, é permeada pela promulgação de leis e decretos oficiais que dão um certo encaminhamento aos Tradutores e Intérpretes; **c)** Acadêmico: foi possível identificar que nos dois países essa trajetória é impulsionada pela oferta de cursos específicos em Escolas Superiores, Institutos Politécnicos e nas Universidades com os cursos de graduação específicos da área.

As principais palavras extraídas de ambos os documentos analisados foram: **a)** Função: a lei 89/1999 menciona as técnicas adequadas que são a tradução, a interpretação e a retroversão; a lei 12.319/2010 delinea a proficiência, enquanto domínio, capacidade e

compreensão da Libras e da Língua Portuguesa; **b)** Formação: a lei portuguesa refere-se à certificação profissional pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade; destaca, ainda, a formação em curso superior de tradutor-intérprete de língua gestual; já a lei brasileira refere-se ao PROLIBRAS; também diz que a formação tinha como exigência o nível médio em: cursos de educação profissional, cursos de extensão universitária e cursos de formação continuada; **c)** Deveres: em ambos os documentos há menções acerca dos deveres pautados na ética, no respeito, no sigilo, na boa conduta e na fidelidade; todos delineados em códigos de éticas; **d)** Responsabilidades/atribuições: a lei de Portugal tem a preocupação de traçar as punições ou penalidades aplicadas pelo Estado, em caso de comportamento inadequado; a lei do Brasil refere-se ao ato de realizar a comunicação nas atividades didático-pedagógicas e culturais, no conteúdos curriculares; nos processos seletivos; nas instituições de ensino e nas repartições públicas; nos órgãos administrativos ou policiais.

A seguir apresentamos as discussões provenientes da segunda etapa da pesquisa. Vamos refletir acerca da tradução e da interpretação da LGP com base nas seguintes dimensões: cenários / ambientes, incômodos / tensões, interpessoalidades / alteridades e perspectivas / horizontes.

1) Cenários/Ambientes: As pessoas participantes da pesquisa apontaram alguns cenários/ambientes da trajetória da formação profissional, quais são:

a) Início do ensino básico

O meu interesse pela Língua Gestual começou, precisamente, quando eu tinha 6 anos (...) quando eu ingressei para o 1º (primeiro) ano. Na minha turma tinha um colega surdo, [...] tinha uma intérprete em sala de aula [...] (Ocre).

Percebe-se as experiências de um contexto histórico e concreto permeado de relações sociais no universo infantil. A criança – aquela a ser TILGP – estava inserida no contexto de uma pessoa surda e de tradutor(es) e intérprete(s) de LGP. Esse contato com um colega surdo no primeiro ano do ensino básico em Portugal, foi crucial para a escolha da profissão.

b) Pós-ensino secundário

[...] optei pelo Curso de Tradução e Interpretação em Língua Gestual Portuguesa (...) por ter esse gosto e essa paixão pela língua (Ocre).

Na altura, quando tive de ter que me candidatar ao Ensino Superior (...) foi assim, um acaso do destino [...] (Gris).

Observa-se: a paixão (sentimento intenso que possui a capacidade de alterar o comportamento e o pensamento), isto é, a paixão ou o gosto por estudar uma língua levou Ocre a transformar isso tudo em profissão. Houve a casualidade (algo proporcionado pelo acaso), pois foi meio que por acaso que Gris adentrou em sua profissão.

c) Formação complementar

[...] fui realizando algumas formações, alguns workshops de Língua Gestual [...] (Ocre).

Isso significa que no âmbito da formação profissional há momentos pessoais da formação e há aqueles momentos mais técnicos. A formação do TILGP dá-se no viés da pessoa-TILGP (investimento pessoal no aprendizado da língua e técnicas profissionais) e no viés da organização-TILGP (investimento oferecido por organizações formativas).

d) A Formação inicial

A formação inicial é um cenário/ambiente. Os cursos designados de Licenciaturas, em Portugal, correspondem aos Cursos de Graduação no Brasil.

A formação básica consiste em 3 (três) anos. Em que nós temos diversas unidades curriculares, que é da parte mais teórica [...]. Temos a parte, também, mais prática [...] (Ocre).

De acordo com as informações da Licenciatura em Tradução e Interpretação em Língua Gestual Portuguesa o curso é de três anos, sendo que ao final há um estágio de um ano. O egresso deste curso estará apto ao exercício da profissão, com competências e habilidades para desenvolver estratégias de comunicação entre pessoas surdas e ouvintes.

e) O Estágio

Nesse momento os futuros TILGP fazem Estágios em Escolas de Referência para a Educação Bilingue de Alunos Surdos (EREBAS) ou em Instituições de Ensino Superior (IES):.

Fiz um programa de estágio profissional em que eu estava, também, no contexto de Ensino Superior a acompanhar uma estudante surda (Gris).

O estágio é supervisionado e tem a duração de um semestre letivo. Há a orientação para a escrita de relatório, sendo que há, ainda, a defesa do relatório final do estágio.

As pessoas participantes das entrevistas mencionaram sobre outras experiências extracurriculares (participação em eventos acadêmicos) e a própria atuação no contexto universitário como cenários/ambientes da formação profissional.

2) Incômodos/Tensões:

- A formação continuada no âmbito da atuação profissional:

Não temos formação. O que acontece? É que, nós intérpretes temos sempre que procurar formação para complementar o nosso currículo e nosso trabalho [...] (Ocre).

Nesse caso, cabe o aperfeiçoamento de suas competências e habilidades, daí a necessidade de formação continuada. Isso precisa acontecer no dia a dia, ao longo da atuação. Por atuarem no Ensino Superior, em cursos de licenciaturas, há uma exigência da praticidade de cada TILGP. Isso dar-se em virtude da complexidade das disciplinas nos diversos cursos.

- A complexidade das disciplinas:

[...] então, aquelas disciplinas do primeiro ano [do curso de Direito] foram todas muito desafiantes. Eu tinha necessidade de ir para casa ler as bibliografias que os professores sugeriam [...] (Gris).

Na intenção de sanar esses desafios esses profissionais TIGLP faziam um trabalho extra; algo para além da sala de aula, isto é, um trabalho de casa. Coube o estudo e a preparação em um outro horário; em um momento que não coincidissem com a atuação em sala de aula. Assim, havia a necessidade de ir para casa ler/estudar as bibliografias que os

professores sugeriam aos estudantes surdos.

- Carência de alguns recursos tecnológicos:

[...] No âmbito da universidade (...) não temos [...]. Portanto, mesmo agora na época da pandemia [...] era da nossa responsabilidade ter um computador, ter uma câmara, ligação de internet (Ocre).

A área da Língua Gestual/de Sinais é uma área que requer o uso desses recursos tecnológicos, uma vez que é comum acontecerem vídeo conferências, fóruns de discussão, vídeo aulas com os estudantes surdos.

3) Interpessoalidades/Alteridades: dar-se mediante o diálogo com: os estudantes surdos; os professores; e outros tradutores e intérpretes de LGP.

- Diálogo com os estudantes surdos:

[...] eu acho que tem que haver assim – é preciso separar as coisas de amizade e de contexto de trabalho – eu acho que é muito importante para aquele aluno surdo, que muitas vezes não tem mais ninguém com quem se comunicar dentro da faculdade e só se comunica conosco, porque somos a única pessoa que sabemos comunicar em Língua Gestual (Ocre).

Cabe dosear os limites da relação profissional e da relação de amizade. Isso requer maturidade e compromisso tanto por parte dos TILGP quanto dos estudantes surdos. Tal como constatámos, isso existe no âmbito das relações entre TILGP e estudantes surdos, pois conforme nos expuseram, foi preciso separar as “coisas” de amizade e de contexto de trabalho.

- Diálogo com os professores:

E com os professores e demais profissionais, alguns mais acessíveis – uns mais que outros. No início muita relutância, também. Eu estive, muitas vezes, em primeiros anos e, então, os professores não estavam muito habituados a ter lá a presença do intérprete, mas correu sempre tudo bem (Gris).

A presença de TILGP em sala de aula causa mudanças de hábitos. No início havia muita relutância, pois, os professores não estavam muito habituados com a presença do intérprete, mas com o decorrer da atuação tudo foi fluindo da melhor forma possível.

- Diálogo com tradutores e intérpretes de LGP:

Com os intérpretes, a mesma questão, mas neste caso, como eu já disse, poderíamos estar mais em comunidade, em grupo de trabalhos, no sentido de estarmos mais em equipa (Ocre).

[...] aproveitava para partilhar gestos, para tirar dúvidas e sempre tive essa vertente de questionar (Gris).

A relação ou o contato ocorre, também, mediante o apoio que um TILGP oferece ao outro. Nesse caso, isso pode ser por meio da partilha de gestos, das dúvidas e questionamentos, pois é uma forma de apoio.

4) Perspectivas/Horizontes: são as mudanças no contexto universitário e os sonhos para a profissão.

Eu acho que se nos fosse dado a formação. E estamos a falar em que formação? Aquela mais direcionada para o nosso trabalho (Ocre).

[...] de conseguir também dar condições de uma carreira estável e dar uma possibilidade de ter uma profissão no futuro (Gris).

Assim, pontuamos dois aspetos para o debate: a especialização e a estabilidade. O primeiro, ainda, pode ser compreendido como a formação continuada em áreas específicas. Quanto à uma carreira mais estável, inferimos que seja a estabilidade no serviço público, ou seja, a garantia de emprego após aprovação em concurso público. Isso, possivelmente, garantiria uma atuação isenta de pressões partidárias e políticas.

[...] aquilo que eu poderia sonhar era que todas as Faculdades, independentemente da área [...] portanto, idealmente seria que todas as Faculdades tivessem ainda mais acessibilidade (Gris).

As participantes mencionaram que todas as faculdades deveriam ter a presença de tradutores e intérpretes de LGP. Com a pesquisa, percebemos que há quatorze profissionais atuando em faculdades diferentes. Esses profissionais não estão em toda a instituição, mas naquelas faculdades em que há estudantes surdos. Assim, idealmente seria imprescindível que todas as faculdades tivessem, ainda mais, acessibilidade para os surdos.

4. CONSIDERAÇÕES

Ambos os documentos são conquistas grandiosas e importantes na trajetória da Tradução e Interpretação da LGP e da Libras. Tais leis, em suas efemeridades, pouco mencionam aspectos sobre a formação profissional na perspectiva de formação continuada. A partir do posicionamento de Ocre e Gris, consideramos a urgência para a efetivação de espaços que favoreçam uma formação em serviço, no dia a dia, para Tradutores e Intérpretes de LGP.

5. REFERÊNCIAS

FERNANDES, Raquel; CARVALHO, José. Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa, da formação à prática real. *In*: COELHO, Orquídea. *Perscrutar e Escutar a surdez*. Edições Afrontamento: Porto, 2005, p. 139-151.

NASCIMENTO, Marcus Vinícius Batista. Tradutor Intérprete de Libras/Português: formação política e política de formação. *In*: ALBRES, Neiva de Aquino; SANTIAGO, Vânia de Aquino Albres (orgs.). **Libras em estudo**: tradução/interpretação. São Paulo: FENEIS, 2012, p. 57-71.

DOZIART, Ana. **O outro da educação**: pensando a surdez com base nos temas Identidades/Diferença, Currículo e Inclusão. Vozes: Petrópolis-RJ, 2009.

RODRIGUES, Ana; COELHO, Orquídea. A profissão de intérprete de língua gestual: estudo sobre avaliação. **Revista Medi@ções**. Vol. 7, nº 1, p. 75-89, 2019.